

“MAU SINAL”

Presidente da Câmara critica superfundo

Para Maia, repasse de recurso para partidos deveria ser reduzido ao longo dos anos

RD

▲ A aprovação na comissão especial de reforma política do fundo público de aproximadamente R\$ 3,6 bilhões para financiamento das eleições de forma permanente foi um mau sinal para a sociedade, disse ontem o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Segundo ele, seria mais compreensível para a sociedade se o fundo fosse reduzido gradativamente ao longo dos anos e tivesse “começo, meio e fim”.

“Havia uma previsão no texto inicial do relator para que fosse reduzido ao longo do tempo. Mas infelizmente se optou pela aprovação do fundo permanente num valor alto, que na atual conjuntura política a sociedade não aceita. Ele (ser) permanente gera na sociedade uma visão muito equivocada”, criticou Maia em palestra na FGV, no Rio.

Apesar de criticar a mudança, Maia admitiu que os parlamentares ficaram sem opções para financiar as eleições depois que o Supre-

mo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional o financiamento empresarial dos candidatos.

Ele disse que o fim abrupto aprovado pelo Judiciário não foi a melhor solução. E defendeu a volta do financiamento empresarial para as campanhas no futuro, dentro de novos limites.

A comissão especial da reforma política aprovou nos últimos dias várias mudanças para as próximas

eleições. Elas só serão aplicadas, porém, se forem aprovadas no plenário e pelo menos 308 votos, já que modificam pontos da Constituição.

Entre as mudanças aprovadas na comissão está a nova regra para eleição de cargos legislativos (deputados federais, estaduais e vereadores). O atual sistema proporcional é considerado falido pelos deputados, que, na comissão, decidiram que em 2018 os parlamentares serão eleitos no sistema distritão. Vencem aqueles que tiverem mais votos.

Maia disse que o distritão só deve ser aprovado como um sistema de transição para que em 2022 a escolha para os cargos legislativos seja pelo voto distrital misto, onde o eleitor escolheria metade dos parlamentares por voto direto no candidato e a outra metade seria escolhida numa lista determinada pelos partidos.

“Eu acho que se a gente tiver o distrital misto para 2022 é maravilhoso”, disse. “O sistema atual faliu e acho que distritão sem cláusula de desempenho muito alta e com financiamento público é muito ruim”, disse, em crítica direta ao que foi aprovado pela comissão. (AG)

O QUE ELE DIZ

“Infelizmente se optou pela aprovação do fundo permanente num valor alto, que na atual conjuntura política a sociedade não aceita”

“O sistema majoritário aumenta a renovação. O sistema que é conservador é o sistema atual”

RODRIGO MAIA
(DEM-RJ) PRESIDENTE
DA CÂMARA

Líder do PT afirma que Maia está querendo “jogar para a plateia”

▲ Líderes de diferentes partidos reagiram às críticas do presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), à criação do Fundo Eleitoral Público, com R\$ 3,6 bilhões. O líder do PT na Câmara, deputado Carlos Zarattini (SP), disse que Maia está querendo “jogar para a plateia”, alegando que sem o financiamento público apenas os candidatos com alto poder aquisitivo terão condições de concorrer em 2018.

Zarattini comemorou ainda as resistências ao chamado distritão. Parte

ANTONIO AUGUSTO/AG. CÂMARA



Zarattini comemorou resistências ao distritão

dos partidos do centrão se associa ao PT e à oposição na campanha contra o sistema, que pela reforma política em discussão seria

adotado em 2018 e 2020.

“O Rodrigo está querendo jogar para a plateia, para a torcida. Reduzir o valor do Fundo significaria beneficiar os mais ricos, que poderão contar com autofinanciamento e doações individuais. Como ele é do DEM, faz sentido ele dizer isso”, ironizou Zarattini.

“Se o Rodrigo acha que o Fundo Eleitoral está muito alto, tem que discutir com a Justiça Eleitoral”, disse Cristiane Brasil, vice-líder do PTB e integrante da comissão de reforma política. (AG)

Ministro muda de posição e diz ser contra mandato limitado no STF

CARLOS MOURA/STF

▲ O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, criticou ontem a proposta de criar mandatos de dez anos para membros do STF, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Contas da União (TCU), aprovada pela comissão que discute a reforma política na Câmara dos Deputados.

Segundo o ministro, todos os países que criaram mandatos para Cortes superiores têm tribunais apenas constitucionais e sistemas parlamentaristas. No Brasil, além de julgar a Constituição, o Supremo é a última Corte de apelação de casos penais, que, de acordo com Moraes, representam a maior parte das matérias analisadas pelos ministros.

“Temos no mundo dois modelos de tribunais constitucionais: a vitaliciedade e o mandato. A razão de tribunais europeus adotarem o mandato é para possibilitar que, assim como o parlamento, que faz as leis,



Moraes apontou diferenças com outros países

evolui, o tribunal, que as valida, também possa evoluir e não barrar a vontade do voto. É outro sistema. Não há lógica constitucional em colocar um mecanismo de um sistema em outro”, avaliou o ministro.

Na quinta-feira, Moraes havia afirmado que não considerava ruim a delimitação do tempo de mandato dos ministros.

MAGISTRADOS

O presidente da Associação dos Magistrados

Brasileiros (AMB), Jayme de Oliveira, também criticou a aprovação a proposta. “A iniciativa atinge a vitaliciedade, cláusula pétrea da Constituição que garantem a independência do Poder Judiciário”, afirmou Jayme de Oliveira. Ainda segundo o juiz, o assunto não poderia ter sido debatido em uma comissão sobre a reforma política. Ele anunciou que a AMB vai pedir a deputados para retirar a proposta do relatório. (Com agências)

FÁBIO MOTTA/AE



Rodrigo Maia criticou o fim abrupto do financiamento privado de campanha